



Entrevista concedida pela Professora Dra. Valerias Arias¹ à redação da Revista Paideia em 22 de agosto de 2021.

Revista Paideia - Professora Valéria nos conte um pouco sobre seu trajeto de vida pessoal e acadêmica.

Professora Valéria Arias - Sou paulistana, neta de espanhóis e italianos, e vivo em Curitiba há muitos anos, desde que minha mãe recebeu uma proposta de trabalho para iniciar e gerenciar na Região Sul e países vizinhos, as atividades da empresa em que trabalhava. Tenho apenas um irmão, um ano e meio mais novo e nunca tive uma relação mais próxima com meu pai. Minha mãe faleceu quando eu tinha 21 anos, num trágico atropelamento ocorrido em uma cidade de Santa Catarina, quando lá estava a trabalho, já em outra empresa, muito menor e com respeito mínimo aos funcionários, pois a que trabalhara durante mais de vinte anos decretou falência na época do Plano Collor. Fiz curso técnico em Magistério e, depois, a graduação em Filosofia. Concluí muito jovem, aos 20 anos e fiz uma primeira especialização. Ao passo que estudava, seguia trabalhando como professora: primeiro com os pequenos, desde os 17, na Rede Privada, depois com o Ensino Fundamental e Médio Técnico, nas disciplinas de História, Filosofia da Educação e diversas disciplinas do curso de Museologia. Entrei na Rede Estadual em 1991, com aulas via Regime CLT; em 1992, ingressei como estatutária em duas disciplinas de concurso: História e Filosofia. Sem tempo de preparo de aulas, com uma carga horária absurda e, ainda dispendendo muitas horas no transporte de uma escola a outra, quase desisti da Rede Pública nessa época. Ao mesmo tempo, comecei a participar das lutas sindicais e dos movimentos sociais. Fundamos o IFIL (Instituto de Filosofia da Libertação) que, a princípio, se dedicava ao estudo e difusão da Filosofia Latino-americana e, também, se envolvia (e se posicionava) com os conflitos sociais e políticos da

¹ Professora do Quadro Próprio do Magistério lotada nas disciplinas de História e Filosofia no Colégio Estadual do Paraná.



época. Depois de um tempo de estudos na Europa, cujos países viviam os últimos tempos do chamado Estado de Bem-estar Social, retornei a Curitiba, a princípio,

apenas para vender meu único bem, um pequeno apartamento num conjunto habitacional popular, e cuidar de minha documentação. Acabei por permanecer por mais algum tempo e, nesse ínterim, fui trabalhar na SEED, responsável pela Disciplina de Filosofia, que, por conta do caos imperante na Educação do Paraná durante as gestões Lerner, não existia como disciplina, embora estivesse presente no currículo e eu, junto com outros cinco professores paranaenses, fôssemos concursados nela.

Logo depois que entrei na SEED eu e meu companheiro, William Weber, tivemos nosso filho, Pedro. Já tínhamos o Gabriel, meu enteado, mas não gosto muito desta nomenclatura. Fiquei na SEED durante cerca de 14 anos. Fiz muita coisa por lá, ao lado de profissionais valorosos. Não eram equipes executoras e burocráticas, mas intelectuais da educação. Assumi algumas coordenações de projetos, como o Plano Estadual de Educação e o PROMED (Programa para o Desenvolvimento do Ensino Médio), que tinha a missão de adquirir, por meio de compras diretas – o que presume muita responsabilidade e transparência –, as Bibliotecas Escolares. Trabalhei também na concepção e na primeira versão dos Folhas, na preparação das primeiras etapas das discussões e sistematizações das DCEs (Diretrizes Curriculares do Paraná), nas lutas locais e nacionais em defesa da Filosofia no currículo do EM, na primeira proposição de Educação em Tempo Integral em Turno Único, entre outras funções. Enfim, foram anos intensos, cujos avanços, todos ocorridos, é bom destacar, durante as duas gestões Requião, vimos, um a um, virar pó a partir das gestões que se seguiram. Ao passo que seguia no trabalho, participava ativamente da vida acadêmica. A princípio junto ao NUPE (Núcleo de Estudos sobre Políticas Educacionais) e, depois, com dedicação exclusiva ao NESEF – UFPR (Núcleo de Estudos Sobre o Ensino de Filosofia – Universidade Federal do Paraná), coletivo que ajudei a fundar e tem, atualmente, 23 anos de atuação.



Fiz mestrado em Políticas Públicas Educacionais e Doutorado Acadêmico em Educação Filosófica, ambos na UFPR. Retornei para a sala de aula em 2015. Em

2017 transferei meus dois cargos para o CEP, onde atualmente divido as salas de aula com as tarefas de Coordenação de Disciplinas. Estou me organizando para um Pós-Doutorado, a ser realizado parte aqui, parte na Europa, mas sem muito ânimo: projetos prontos, mas, para além dos títulos, que são o principal interesse da maioria, a Academia não me encanta, pois ainda está muito distante da vida cotidiana e das urgências da sociedade. Ademais, além de todos os dilemas, de toda a pressão e de todos os descalabros morais, pedagógicos e humanos da política educacional e geral no atual contexto da Pandemia, vivo uma situação familiar complicada. Meu marido e meu filho mais velhos vivem em Luxemburgo, para onde eu e Pedro seguimos em 2020, não fosse a emergência sanitária e outras surpresas que a vida nos trouxe.

Revista Paideia - Sabemos que você esteve nos últimos 30 anos na luta pela educação pública e de qualidade incluindo a luta pela inclusão da Filosofia no Ensino Médio. Nos fale sobre esse processo.

Professora Valéria Arias - Sim, são quase 30 anos de trabalho e luta em defesa de uma Escola Pública universalizada, laica, inclusiva, com qualidade epistemológica, que concretize o direito subjetivo de todos e todas a uma formação básica integral, substantiva. O espaço curricular da Filosofia faz parte desse todo. Entendo que a vida é práxis. Não se separam, ou não deveriam ser estanques e contraditórios, a atuação do/a profissional e o discurso que este/a profere. Vivendo essa máxima, junto ao NESEF e parceiros, temos brigado em muitas frentes. Desde os projetos de cunho formativo, dedicados a docentes, estudantes e lideranças de bases diversas até iniciativas de cunho mais difusor das ideias e debates de problemas imanentes, afetos à Filosofia e às Ciências Humanas. Sobre, especificamente, a presença da Filosofia no currículo da Educação Básica, as frentes de atuação mais organizadas remontam, aqui no



Paraná, à gestão Lerner e, no plano Nacional, ao Governo Fernando Henrique Cardoso. Foram muitos embates que envolveram uma questão ainda mais

estruturante, a LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) 9394/96, cujo projeto inicial, amplamente debatido pela sociedade acabou por ser substituído, numa manobra do Congresso, pelo projeto assinado pelo Darcy Ribeiro, que, embora mereça respeito máximo como ativista e grande intelectual, teve, na ocasião, seu nome usado para a aprovação de uma lei que não era (embora trouxesse brechas para avanços futuros) a expressão da necessidade social por educação.

Durante o fim da década de 1990 e até meados da década de 2010, nossos principais objetos de luta se centraram primeiro na garantia e, depois, na legitimação do espaço curricular da Filosofia. Foram formações, discussões metodológicas, proposições de arquiteturas curriculares, produções de materiais didáticos, etc. No âmbito do NESEF, a partir de 2010, desenvolvi na minha Tese, como categoria, ou seja, uma chave conceitual, uma definição de Educação Filosófica. Temos, no coletivo, trabalhado no aprofundamento e difusão dessa compreensão. Para nós, a Filosofia, precisa sair do mutismo que a condição de “conhecimento institucionalizado” lhe confinou. A Filosofia Ocidental nasceu no diálogo, nos embates nas praças públicas, o que implicava no debate amplo, na expressão das contradições, na reflexão sobre problemas gerais e cotidianos, em argumentos, contra-argumentos e eventuais acordos e mudanças de compreensão. Esse é o lugar da dialética. É essa base ontológica, viva que entendemos ser o lugar da Filosofia, um conhecimento que, a partir dos problemas e análises postas historicamente pelos filósofos, seja ponto de partida para a crítica dos problemas e dilemas humanos atuais. Dessa forma, nós professores e professoras de Filosofia, teríamos essa particularidade de fazer pontes, epistemologicamente qualificadas, para que estudantes entendam melhor o contexto em que vivem e, sobretudo, adquiram repertório para refletir e agir, com um mínimo de autonomia, sobre sua própria existência e



circunstâncias, com vistas à transformação, à melhoria das condições de vida de toda a sociedade. Isso implica em muita coisa, pois somos seres sociais e não

se resolvem problemas individuais fora do âmbito coletivo. Dessa forma, como o Professor Ademir Pinhelli Mendes costumava dizer nas nossas antigas Formações para Docentes, a Filosofia precisa expandir o diálogo da sala de aula, para a sala dos professores, de lá para as famílias e comunidades, pois uma ponte filosófica, só é verdadeiramente tal, se extrapolar domínios restritos; ela implica, por exemplo, na participação política qualificada, na compreensão dos limites ambientais do ecossistema Terra, na busca e difusão de valores éticos, na discussão e no enfrentamento, com critérios e estratégias, dos problemas e dilemas humanos e sociais.

Revista Paideia - Como você analisa as últimas reformas educacionais, em especial a BNCC e o novo ensino médio?

Professora Valéria Arias - Em 2014, já antevíamos, pela proposição do, ainda, Projeto de Lei 6840 e, também, pelo espaço crescente dado ao Movimento (empresarial) Todos Pela Educação que, em breve, teríamos boa parte da concepção, e das práticas, na Escola Pública que vínhamos construindo, em vias de destruição. Lembro ainda naquela época, de defesas no âmbito do CNE (Conselho Nacional de Educação) que nos soaram como puro cinismo: dizia-se claramente que a Escola Pública, sobretudo, o Ensino Médio, deveria preparar mão-de-obra para as empresas. Finalmente, em 2017, quando os grandes conglomerados financeiros multinacionais vencem a batalha pela disputa pelo fundo público, começa a implementação da Base Nacional Comum Curricular e da (Contra)Reforma do Ensino Médio. Com a cumplicidade e o desinteresse de muitos sujeitos que fazem cotidianamente a educação nas escolas, agora, em 2022, o projeto empresarial será implementado na sua totalidade. O futuro é incerto e sombrio. Seguimos alertando a sociedade e os estudantes, defendendo a importância das disciplinas, dos professores bem formados, da autonomia da



escola; seguimos pondo em discussão a diferença entre o direito à educação substantiva, politécnica, humanística e a proposta vazia, porém muito lucrativa

para determinados grupos, que a Contrarreforma do Ensino Básico (nova LDBEN) está impondo. Porém, vale ressaltar que midiaticamente a proposta é apresentada de uma forma que convence e ilude muita gente. No Fundamental, o problema é mais centrado no esvaziamento dos conteúdos e nas questões de condição da oferta, pois vemos os dados de alcance desta etapa obrigatória, que já chegaram a 97,8% de atendimento, diminuir, em grande parte pela crise econômica enfrentada pelas famílias. Tanto é assim que o principal argumento dos que defendem o retorno presencial às escolas a qualquer custo, mesmo nos auges locais de número de mortes, infecções, internações e taxas de transmissão pelo coronavírus, é o que vinculava a escola, não ao conhecimento, mas a segurança física e alimentar dos estudantes.

No Médio, veiculam-se ideias de como será algo divertido (!), ágil, cheio de tecnologias e que valoriza a escolha dos jovens. Aos 14 ou 15 anos, o jovem poderia definir seu futuro, escolhendo estudar o que mais gosta! Puro engodo, por várias razões. Não existe essa escolha e, mesmo se assim fosse, é uma temeridade, pois retira-se o direito ao conhecimento amplo e geral e, ainda, coloca-se na juventude uma responsabilidade por uma escolha para a qual ela não está preparada. Enfim, o NEM (Novo Ensino Médio), é mesmo isso, um conjunto de “nems”, nem forma, nem educa, nem prepara para a universidade, nem prepara para uma profissão e nem sequer sua Base Nacional Comum é, de fato, Nacional e Comum. Na verdade, o projeto é, e sempre foi desde a República Velha, de uma Escola Pública esvaziada, débil, preparadora de mão-de-obra barata para um mercado de trabalho inexistente – todavia, repito, muito lucrativo para alguns grupos –, e uma Escola Privada de excelência, voltada às elites, que terão acesso às universidades nacionais e estrangeiras e seguirão dirigindo o país para benefício desse mesmo extrato social.



Num esforço didático, pode-se listar alguns dos problemas mais graves que as alterações nos trazem, entre eles:

- Substituição de conhecimentos sistematizados e socialmente referendados, ou seja, as disciplinas de tradição curricular, por improvisos desqualificados cientificamente e, pior, que podem ser adaptados aos interesses dos que os propõem, ou seja, os “componentes curriculares”. As únicas disciplinas, tratadas como tais e, portanto, superiores ao “resto” são Língua Portuguesa e Matemática, que, de fato são importantes, mas não as únicas importantes, e Língua Estrangeira Moderna, que aparece na lei como disciplina, mas sem carga horária indicada. Todas as outras disciplinas de tradição curricular são condensadas em áreas, sem objeto definido, sem um norte sólido (pois isso é impossível) em relação a quais professores, com quais formações, assumiriam estas aulas, sem, enfim, o mínimo de coerência científica e pedagógica. Desaparecem, por exemplo, Filosofia, História, Geografia e Sociologia e surge a Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: todas “juntas e misturadas” abrindo-se possibilidades de que quaisquer docentes as abordem da maneira como entenderem que é a melhor ou mais viável.
- Substituição do conceito de Escola como lugar de conhecimento qualificado e formação humana integral pela ideia de Escola-Empresa, ou seja, uma instituição administrada pelas vias gerenciais, a quem importam os índices, a produtividade, não muito diferente de uma fábrica qualquer.
- Substituição gradativa dos/as professores/as qualificados e que, para além de aplicadores/as de metodologias, são intelectuais da educação, por docentes sem formação específica, sem vínculos com a Escola.
- Substituição da política de formação de Jovens e Adultos, a forma de oferta dedicada, para as pessoas que não tiveram oportunidade de estudar



na idade padrão (dos 6 aos 16 ou 17 anos) por uma política de Exames e de Certificação em Massa. Ao invés de oferecer educação, oferece-se apenas provas a esse público. Nessas provas, se bem-sucedido, o público

participante, recebe um certificado de conclusão. Um excelente mercado para cursinhos, fabricantes de apostilas e parceiros dos Estados e Municípios. Um péssimo programa para uma nação cujas massas são tão carentes de educação e cultura.

- Retirada da autonomia pedagógica da Escola Pública e enfraquecimento de sua dimensão política.
- Descaracterização do Ensino Médio na modalidade Integrada, forma de oferta que não é vislumbrada na Contrarreforma.
- Valorização das inovações digitais, das “metodologias ativas” (seja lá o que isso conceitualmente queira dizer, pois não há metodologia tradicional que não seja, de diversas formas, ativa), do falso “protagonismo”, em detrimento do conhecimento, dos conteúdos referendados, do ato educativo como relação entre sujeitos independentes e autônomos. Propõe-se uma verdadeira relação **autômata** e não autônoma, como era de se esperar quando se fala em protagonismo.
- Possibilidade de “certificação de competências”. Todo e qualquer curso na iniciativa privada, por mais incipiente que seja, pode ser certificado pela escola ou secretarias de educação públicas e, dessa forma, desobrigar o estudante de cursar parte da carga horária. Exemplificando: se, algum/a estudante faz um Curso X que tenha, no seu programa, algo sobre literatura, este/a pode requerer a dispensa de parte das aulas de Língua Portuguesa.
- Possibilidade de que cada Estado e Município, se adeque e faça suas ofertas com base nos seus próprios interesses e condições, o que, logicamente, vai aprofundar ainda mais as diferenças e as desigualdades regionais.



Revista Paideia - Qual análise você faz da conjuntura Política atual. O que podemos esperar ou temer?

Professora Valéria Arias - O cenário atual brasileiro é desanimador e não vejo possibilidades de melhora em curto prazo. Sobretudo porque boa parte da nação está anestesiada, limitada pelas restrições sanitárias, com medo, sem saber para onde correr, como sobreviver. Outra parte foi (ou, já era e apenas emergiu) imbecilizada e se comporta com virulência extrema, defendendo bandeiras contra a ciência, o bom-senso; trata-se de teses de morte, da aniquilação da “alteridade”, de um fundamentalismo racista, sexista, anti-humano.

Vínhamos caminhando vagarosamente, é verdade, na criação e extensão de direitos. Como diz Marilena Chauí, uma das características da democracia, mesmo incompleta, é essa possibilidade da criação e consolidação de direitos. Estamos entregues às grandes corporações mundiais e aos grupos que as representam no país. Esse fenômeno é observado em muitos países que, como nós, teve um período de democracia institucional e de implementação políticas públicas que minimamente contribuíram para o acesso a direitos básicos como saúde, educação, moradia e alimentação por parte de setores da sociedade que nunca tiveram oportunidades mais sólidas de progredir, se educar, adquirir bens, etc. Fabricou-se uma crise política, que já se transformou em crise econômica vívida para a maioria da população. Direitos trabalhistas foram retirados, direito à educação está em franco processo de aniquilamento. Meio ambiente e comunidades indígenas agonizam. Insegurança alimentar impera: uma em cada quatro famílias brasileiras tem algum tipo de incerteza quando e com quais alimentos será sua próxima refeição! Normalizaram-se as centenas, às vezes milhares, de mortes diárias por Covid-19. Tudo isso não é algo que “aconteceu”, mesmo considerando a Pandemia, pois se trata de um projeto político que busca aprofundar a hegemonia do capital mundializado e financeirizado no país. A Educação, nesse sentido, é apenas um desses setores do mercado internacional.



Deveria “esperançar”, mas confesso que não estou nada otimista, pois a resistência implica em pessoas atuando para a transformação do contexto mais geral. Nesse ponto, como se diz popularmente “o buraco é mais embaixo”, vejo

muitas contradições explícitas, pois muitas lideranças sindicais, profissionais da educação, políticos/as que se autointitulam progressistas, entre outros sujeitos estratégicos para alavancar um novo debate social são, também eles/as, movidos/as, em sua maioria, por interesses particulares.